



ISSN: 2595-5713

Vol. 2 | Nº. 4 | Ano 2019

Giselda Brito Silva

O ESTADO NOVO E A POLÍTICA EDUCATIVA COLONIAL DESTINADA À POPULAÇÃO “INDÍGENA” (1940-60)

**The New State and its colonial educational politic for the
“indigenous” Population (1940-60)**

RESUMO: Neste trabalho procuramos destacar aspectos da construção do império português em África, sob o regime salazarista, no campo educativo promovido pelas missões católicas e protestantes. Em começos da década de 1940, o regime investiu na propaganda do Estado Novo como promotor de uma educação civilizatória em suas colônias, enquanto implementava leis de controle para o acesso à educação destinada às comunidades “indígenas”. Na prática, preparava-se as populações rurais para fornecimento da mão-de-obra nas colônias, através de um programa de evangelização e nacionalização promovido pelas missões religiosas. Para isso, estabeleceu acordos com a Igreja católica missionária nacional, com o objetivo de cuidar do ensino rudimentar destas populações, visando os limites de se educar para ler, escrever e contar. Por pressão internacional, e devido aos limites da quantidade de missões católicas nacionais, contudo, o regime foi obrigado a manter o trabalho das missões protestantes e estrangeiras nos espaços coloniais. Esta atuação, contudo, deu-se na contramão das determinações da política colonial portuguesa. Este fato, juntamente com o clima da guerra fria, levou o regime a investir no uso da PIDE (Polícia Interna de Defesa do Estado), a partir da década de 1950, para controle e repressão de missionários que promoviam as ideias anticoloniais.

Palavras-Chave: Salazarismo; Educação Colonial; Missões; PIDE.

ABSTRACT: In this paper we seek to highlight aspects of the construction of the portuguese empire in Africa, under the Salazar regime, in the educational field promoted by the catholic and protestant missions. In the early 1940s, the regime invested in the Estado Novo propaganda of a promoter of civilizing education in its colonies, while implementing control laws for access to education for “indigenous” communities. In practice, rural populations were prepared to provide labor in the colonies through a program of evangelization and nationalization promoted by religious missions. To this end, it established agreements with the national missionary catholic Church, with the aim of taking care of the rudimentary teaching of these populations, aiming at the limits of being educated to read, write and tell. Due to international pressure, and due to the limits of the number of national catholic missions, the regime was forced to continue the work of protestant and foreign missions in colonial spaces. This action, however, went against the determinations of the Portuguese colonial policy. This fact, coupled with the cold war climate, led the regime to invest in the use of the PIDE (State Internal Defense Police) from the 1950s to control and suppress missionaries promoting anti-colonial ideas.

Site/Contato

Editor

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Key words: Salazarism; Colonial Education; Missions; PIDE.

O ESTADO NOVO E A POLÍTICA EDUCATIVA COLONIAL DESTINADA À POPULAÇÃO “INDÍGENA” (1940-60)

Giselda Brito Silva¹

Introdução:

Neste trabalho, procuramos destacar alguns problemas em torno da política educativa colonial do projeto dito civilizatório do regime salazarista, implementado particularmente em Angola e Moçambique, nas décadas de 1940-60. Pela política educativa destinada às comunidades étnicas das colônias, o regime tinha como principal objetivo nacionalizar as populações africanas, enquanto defendia seu projeto civilizatório no âmbito interno e externo, visando a consolidação do império português em África. Para isto, estabeleceu acordos com a Igreja católica como principal responsável pela implementação desta política, que deveria atuar para equacionar seu projeto de evangelização com o de nacionalização do Estado.

Na prática, contudo, a efetivação desta política enfrentou uma série de problemas, sendo um deles localizado na atuação das missões protestantes nos espaços coloniais. Enquanto principal responsável pela legitimação e propagação do Estado Novo, a partir da Constituição de 1933, António de Oliveira Salazar tomou como principal política externa consolidar o império português em África. Sua política colonial, contudo, foi bastante criticada e denunciada pelas demais potências imperialistas, bem como pela exploração da mão-de-obra das populações. (JERÓNIMO & PINTO, 2014). A pressão externa, mais a ausência de missões católicas nacionais suficientes, capaz de implementar a política educativa em todo espaço colonial, obrigou o regime salazarista a aceitar a atuação das missões protestantes, ainda que atuasse para dificultar este trabalho, e até reprimir com sua polícia política, como veremos neste trabalho.

Internamente, o regime também enfrentava grande debate sobre a “missão civilizatória” de Portugal, cobrando um projeto que civilizasse até certo ponto, para evitar as perdas coloniais. Alguns doutrinadores do regime publicavam suas ideias sobre o tema em jornais da época. Destacamos aqui uma edição do Jornal *Diário da Manhã*, enquanto órgão de propaganda do salazarismo, que traz no ano de 1944 uma série de publicações contendo estudos e orientações dos doutrinadores da educação colonial do regime destinada aos “indígenas”. Entre as publicações, aparece em destaque um artigo de João Ameal (historiador português da primeira

¹ Professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Docente da Graduação e da Pós-Graduação em História da UFRPE. Email: giselda.brito@gmail.com

metade do século XX) intitulada “*Rumos do Espírito – as ideias e os autores: Professor Mendes Correia e as ‘Raças do Império’*”. No texto, João Ameal homenageia, em particular, os estudos de Mendes Correia sobre as “raças do império” e suas capacidades de colaborar para “o engrandecimento da Nação” [a Metrópole], enfocando a composição resultado do “cruzamento racial e de seus condicionamentos bio-social, moral e político para o regime de trabalho das populações das coloniais”, cujo estudo vinha para sanar lacunas sobre o tema.²

Além dos jornais do regime, livros de memórias da intelectualidade católica e salazarista também eram publicados, expressando preocupações com as questões “civilizatórias” do império português em África, em torno das questões do ensino das comunidades rurais das colônias para consolidação do império ultramarino. Em sua maioria, os doutrinadores do império expressavam os temores da perda de controle sobre os nativos, que deveriam ser educados até certo ponto que não prejudicasse o projeto colonial e a estrutura do trabalho planejada para os das colônias. Portanto, a implementação da política educativa destinada às populações indígenas enfrentava uma série de questões internas e externas que o regime vai ajustando dentro dos propósitos do Estado Novo, regime conhecidamente de perfil burocrático, católico, colonial e autoritário (SILVA, 2017).

Vejamos, neste trabalho, como estas questões vão mobilizando o Estado Novo, particularmente no controle das missões protestantes, consideradas pontos centrais de questões externas e internas. Isso porque o Estado Novo, ao longo do século XX, investe na consolidação do império português e na nacionalização das colônias, sendo as missões católicas consideradas suas aliadas e as protestantes uma ameaça ao projeto colonial e nacionalista.

Para fazer cumprir a função das colônias, num momento de grande pressão externa e interna, devido às duas grandes guerras e o estabelecimento de novas políticas imperialistas, o regime salazarista, de caráter autoritário, investiu numa política educativa seletiva e excludente das populações nativas das colônias com apoio das missões católicas, justificando-se a incapacidade destas populações em atender aos requisitos mínimos para o acesso à educação pela separação dos grupos entre “indígenas” e “assimilados” (TANGA, 2012, p. 40). Este é um ponto importante que diferencia a função das missões católicas em relação às missões protestantes. Porque as católicas atuavam na formação de recursos humanos coerente com o recrutamento da mão de obra e da nacionalização das colônias, ao lado do seu projeto evangelizador. Enquanto as missões protestantes atuavam para propagar sua fé e Bíblia na língua e cultura das populações, além de utilizar o trabalho das populações na manutenção das missões.

² AMEAL, João. “Rumos do Espírito - ideias e os autores: a missão dos intelectuais no momento que passa – livros que vêm na sua hora – “Histórias dos Descobrimientos Portugueses, do Professor Damião Peres; e “Raças do Império” do professor Mendes Correia. *Diário da Manhã, Edição Cultural, Suplemento para as Letras, as Artes e as Ciências*”. Lisboa, 11 de janeiro de 1944. Arquivo da Hemeroteca de Lisboa.

O processo de recrutamento das populações convivia ao lado do projeto civilizatório através da criação de leis que separavam as populações “autóctones” em dois grupos: “o dos *assimilados* e o dos *indígenas*”, tendo os *assimilados* acesso à lei geral portuguesa de direito à educação [pelo menos em teoria] e os *indígenas* submetidos ao “Estatuto do Indigenato”, que definia as condições necessárias para aquisição da *cidadania portuguesa*, vinculada à níveis educacionais que a maioria da população não atingia. Para chegar a “assimilado” o “indígena” deveria passar pela instrução fornecida pelo ensino das escolas das missões e destas seguir seus estudos para as escolas secundárias e, em raríssimos casos, chegar ao ensino superior fornecido apenas na Metrópole.³

No geral, o projeto educativo para as populações “indígenas” tinha grandes dificuldades de sair dos discursos civilizatórios que eram propagados pelo regime, porque esbarrava nos interesses de mão-de-obra local para a construção de obras públicas, criação e plantio vinculados ao projeto colonial, que utilizava largamente os “*indígenas*” como mão-de-obra obrigatória, dificultando qualquer participação na política educativa por parte das populações.⁴ As colônias africanas assumiram, entre final do XIX e ao longo do século XX, a função de fornecedoras de mão-de-obra, que Portugal havia perdido com a independência do Brasil, sob novos discursos e leis que regulavam a legitimação do uso do trabalho forçado, como um dos entraves para que o discurso educativo do Estado Novo saísse da propaganda e se efetivasse.

Os limites da educação colonial e o recrutamento para o trabalho forçado (1950-60)

Aqui vamos pegar o caso de Angola, como emblemático do que também se passava nas demais colônias, por ser considerada a principal do regime. Sobre a colônia havia grande preocupação do regime com a implantação do sistema de recrutamento de mão-de-obra para o trabalho e, portanto, com a política de nacionalização e evangelização das comunidades locais. Na colônia, o sistema educativo funcionava com o ensino para brancos e *assimilados*, designado como primário, elementar e geral, custeado pelo Estado e ministrado em escolas do Estado. Na outra ponta, estava o ensino para *indígenas*, designado de rudimentar e entregue aos religiosos, católicos e protestantes. “O ensino rudimentar se limitava a simples conhecimentos de leitura, escrita e contagem, seguindo a lei de preparação para trabalhadores rurais. E, mesmo entre os brancos e assimilados havia grande separação”. Apesar de se dizer que os assimilados tinham os

³ Arquivo Mário Pinto de Andrade. “O Trabalho Forçado”. Peça de Aníbal de Melo e encenação de Mário Pinto de Andrade. Cf. *Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83447 Acesso em: 21 de nov. 2019.

⁴ Arquivo Mário Pinto de Andrade. “Possibilidades de estudo e condições de vida dos jovens angolanos”. *Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade*. 1955. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83574 Acesso em 21 de nov. 2019.

mesmos acessos que o branco civilizado, na prática isso não acontecia, “havendo diferenciação entre brancos e assimilados, entre brancos e brancos, entre assimilados e assimilados e, principalmente, entre eles e os indígenas”. Tratava-se de uma nova organização social montada com “base na hierarquização e desigualdade dos grupos, visando se criar as condições para a subordinação daqueles que deveriam ser educados para a administração e bons cargos, e os que deveriam ter uma educação limitada às necessidades de oferta e mão-de-obra para serviços gerais”.⁵ Em 1953, dizia-se que “em Angola havia 939 estabelecimentos escolares destinados ao ensino dos indígenas e 278 destinados ao ensino dos brancos e dos assimilados, que não atendia às necessidades locais, considerando-se a ampla quantidade de indígenas em relação aos brancos e assimilados”. Já no Congo-Belga, “havia uma média de 26.540 escolas destinadas ao ensino dos indígenas, ou seja, 28 vezes mais escolas do que em Angola”.⁶

Em Angola, como em Moçambique e demais colônias portuguesas em África, a política de assimilação estava diretamente ligada ao projeto de transformar o “indígena” em trabalhador. Desta forma, a política civilizatória colonial portuguesa se dá, de um lado, defendendo o ensino para evangelização cristã e nacionalização das populações, do outro lado, defendendo a lei do *trabalho forçado*, o que também promovia a exclusão das populações locais da evolução pelo ensino colonial, negando-lhe a capacidade de competir profissionalmente com os colonos brancos. Enquanto se aperfeiçoava a lei do *trabalho forçado*, ficavam cada vez mais distantes as condições de uma educação formal em todos os níveis, e mesmo na conclusão do ensino rudimentar.

O “*trabalho forçado*”, que vimos falando, oficializou-se pelo “‘*Código de Trabalho Indígena*’ de 1878, através da qual Portugal procurou disciplinar o recrutamento da força de trabalho e a sua utilização, através de um sistema que, baseado no combate à vagabundagem, recorda em muitos pontos a legislação brutal dos tempos da acumulação primitiva.” De acordo com Dalila Cabrita Mateus, este sistema se consolida com o desenvolvimento da cultura do açúcar e do sisal e da copa, a construção de estradas, de vias férreas e de portos no século XX, persistindo este tipo de contrato de trabalho até a década de 1960, em Angola. A meta era fazer os indígenas trabalharem em serviços públicos de interesse geral. Os recrutadores percorriam a floresta em busca de homens válidos para trabalhar nas plantações, nas fábricas, nas minas, nos portos e transportes (MATEUS, 2015, p. 33).

Quanto mais o Estado e as empresas coloniais tinham necessidade de braços humanos, mais a administração colonial atuava para disciplinar o recrutamento. Muitos contratos

⁵ Arquivo Mário Pinto de Andrade. “Possibilidades de estudo e condições de vida dos jovens angolanos”. *Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade*. 1955. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83574 Acesso em: 21 de nov.2019.

⁶ Idem.

mandavam os trabalhadores para regiões muito distantes daquelas que habitavam. Estes trabalhadores não sabiam ler e escrever. Provenientes das comunidades rurais, 95% desta população permanecia analfabeta, sem ter acesso nem sequer ao ensino rudimentar das missões. Eles “assinavam” os contratos que os tornava devedores perante os patrões mesmo antes de partirem para as roças, tornando-se presos aos contratos. E, ao regressar, “descobriam que tinham duplicado ou triplicado a dívida e, se opção, tinham de fazer meia volta para as roças. Em 1975, a Angola deixada pelos portugueses era, em grande parte, produto do trabalho escravo e mal remunerado” (MATEUS, 2015, p. 34-35).

Continuando, Dalila Cabrita Mateus conta que a escolaridade não atingia sequer o universo das crianças em idade escolar. E que, no final dos anos 1950, a percentagem de alunos em idade escolar que frequentavam a escola em Angola era de 8%. A maioria dos africanos não tinham sequer acesso ao ensino primário elementar, limitando-se, no melhor dos casos, a frequentar o primário rudimentar nas escolas das missões, católicas ou protestantes (MATEUS, 2015, p. 36). A população em idade escolar, na maior parte da área rural “não iam além de duas ou três primeiras classes da instrução primária, abandonando a escola com conhecimentos tão rudimentares e superficiais que, ao fim de um tempo, recaíam no analfabetismo”. Ainda segundo Dalila Mateus, poucos chegavam ao ensino secundário, e os que conseguiam só tinham acesso à escola técnica e profissionais. Em Angola, no ano de 1948, havia apenas cinco estudantes negros nos dois Liceus existentes em Luanda e no Lubango (MATEUS, 2015, p. 37).

Dalila Cabrita Mateus nos ajuda a compreender como a administração colonial portuguesa foi tomando posse das terras nas colônias africanas. De acordo com ela, a propriedade patrimonial portuguesa vai se consolidando ao longo do colonialismo pela expropriação do direito das terras da comunidade tribal. Isso se dava da seguinte forma: “o direito de propriedade nas sociedades tribais estabelecia que o direito da terra era coletivo: a terra cultivada pertencia à coletividade em usufruto e qualquer dos membros podia recolher os frutos e plantar, pegar a lenha e construir cabanas ou barcos”. Depois de retirar a terra da coletividade nativa, o Estado colonial definia que os “terrenos vagos ou que não entraram definitivamente no regime de propriedade privada ou de domínio público seriam sua propriedade patrimonial”. (MATEUS, 2015, p. 31).

Desta forma, o Estado vai ampliando seu patrimônio colonial com terrenos expropriados das coletividades, que não detinham a posse privada das terras, já que por tradição eram coletivas, obrigando a população a se submeter à lei do trabalho forçado. Paralelamente, a Metrópole vai dando posse de terras aos colonos e às companhias que passam a ter garantias, com as terras registradas e cadastradas como títulos válidos e reconhecidos pelo Estado colonial. Já os africanos estavam impossibilitados de possuir títulos da terra, porque a eles era dado o

direito de uso tribal e coletivo, afirmando-se reconhecer, parcialmente, suas tradições. Referendando esta situação, Dalila Mateus destaca a memória do Moçambicano Raúl Honwana, que “conta como as terras da Moamba, perto de Lourenço Marques, foram todas, por concessão administrativa, cedidas a colonos, tendo os africanos que ali viviam sido varridos para muito longe do rio Incomati. E até o chefe tribal foi afastado para longe, com a sua família e o seu gado” (MATEUS, 2015, p. 30-31).

Sem as condições para chegar à “assimilado”, a maioria dos “indígenas” seguiram ao longo do século XX como analfabetos do colonialismo, sob o Estado Novo orquestrado pelo Professor Oliveira Salazar. Os doutrinadores do regime tinham várias teorias para justificar o analfabetismo das populações africanas das comunidades, principalmente a rural. Em geral apontavam no próprio “indígena” sua incapacidade de frequentar e se manter nas escolas oferecidas pelo projeto civilizatório colonial, omitindo-se as formas de recrutamento para o trabalho forçado, que levava homens, mulheres e jovens a buscar a sobrevivência em lugares cada vez mais distantes das poucas escolas nas missões. De acordo com os relatórios enviados a Salazar, até os *assimilados* tinham dificuldades de sair do ensino primário e seguir os estudos, diminuindo em muito seu percentual nas escolas oficiais, ficando o ensino secundário e liceal limitado a poucos.⁷

Em 1955, devido ao crescimento dos filhos dos brancos, muitos filhos de *assimilados* foram recusados nas escolas oficiais por falta de vagas. Esta situação vai produzindo um filtro entre os *assimilados* que conseguiam vagas e os que ficavam de fora desta nova subdivisão que ampliava o processo seletivo de acesso ao ensino colonial. Na década de 1950 já se visualizava, entre os *assimilados*, o privilégio dos filhos de “operários de algumas indústrias, de pequenos funcionários públicos da administração colonial, que trabalhavam próximo a autoridades, de empregados do comércio e de uma pequena burguesia de proprietários médios rurais”, que haviam colaborado com a administração colonial, tendo acesso à posse de terras. Trata-se de um grupo de privilegiados, pela situação econômica, que conseguiram enviar seus filhos para escolas particulares dos internatos dos centros populacionais.⁸

Os empregados do comércio e pequenos funcionários, que viviam nas cidades com vencimentos irrisórios e família numerosa, procuravam conseguir vagas para seus filhos junto às autoridades locais para as vagas nas escolas oficiais nos cursos liceal e técnico. Já os operários especializados dos centros industriais enfrentavam as dificuldades de acesso para seus filhos nas escolas oficiais, pela sua instabilidade financeira e fases de desemprego, dependendo das vagas

⁷ Arquivo Mário Pinto de Andrade. “Possibilidades de estudo e condições de vida dos jovens angolanos”. *Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade*. 1955. Disponível em : http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83574 Acesso em: 21 de nov.2019.

⁸ Idem, p.2.

das escolas missionárias urbanas. Entre os indígenas a situação piorava bastante, com dificuldades de acesso à manutenção até nas escolas das missões urbanas e rurais, por conta da instabilidade nos empregos a que estavam submetidos, sendo constantemente deslocados das suas terras devido à expansão dos interesses das grandes empresas agrícolas e de exportação. Os missionários fazem amplas referências à situação acima através de relatórios enviados aos superiores da Igreja católica e protestante.

Entre as causas dos problemas citam as dificuldades de manter os jovens nas escolas por conta dos quadros de instabilidade de permanência das famílias nas terras. Segundo o relato dos missionários, este era um dos obstáculos à continuação do projeto de evangelização e nacionalização dos indígenas que, em geral, tinham começo, mas, não se concluía. O esvaziamento da população das escolas, em geral, levava ao fechamento delas, diminuindo ainda mais o número das missões.⁹

Nas missões protestantes, os jovens e crianças se mantinham estudando, através da contribuição pelo trabalho que executavam nas missões e para a propagação da Igreja protestante nas comunidades. Neste caso, o recrutamento para o trabalho se dava para permanência nas missões, de certa forma, favorecendo a formação escolar continuada de alguns “indígenas”. Eles também atuavam na preparação da mão-de-obra pela formação técnica para o trabalho, visando a formação de nativos para seus espaços assistenciais, por onde também atuavam. Os missionários protestantes, particularmente os estrangeiros, desta forma, mantiveram-se em várias comunidades, atuando na ausência de missões católicas e da administração colonial. Em sua atuação, eles contribuíram para a luta anticolonial, além de contribuir para as denúncias internacionais sobre o tipo de trabalho imposto às populações locais. A maioria dos documentos reconhecem o trabalho das missões protestantes pela ausência das missões católicas, mas, não deixam de alertar para os perigos da atuação destas missões, que terminam por ser alvo do controle e repressão da PIDE, a partir da década de 1950. Vejamos como isso se dava.

Os protestantes sob a mira do Estado Novo

No âmbito do salazarismo, conforme já se disse, a política educativa estava legalmente a cargo das missões católicas, que assumiu parte do projeto dito civilizatório na parte que cabia ao ensino das comunidades “indígenas” africanas. Enquanto as missões protestantes foram sempre associadas à um problema para a nacionalização das colônias, devido suas origens estrangeiras e seus métodos de ensino diferenciados daqueles propostos pelo Estado Novo para suas colônias em África. A desconfiança com as missões protestantes no espaço colonial já existia bem antes

da ascensão do Estado Novo, em torno dos problemas da língua que se queria impor nas colônias. Pelo Decreto 77, de 1921, já se havia estabelecido que o ensino dos “indígenas” seria realizado exclusivamente em língua portuguesa. Para o governo português, “a promoção de outras línguas que não a portuguesa (bem como o umbundu ou o inglês, ensinado a alguns alunos nos primeiros anos das missões protestantes) era vista como desnacionalizadora” (DULLEY, 2017, p. 292-293).

O governo português tomava conhecimento da ação dos missionários protestantes ensinando em língua estrangeira e evangelizando com apoio das línguas locais, que também ajudavam na tradução da Bíblia, muitas vezes por denúncia de missionários católicos. Além disso, o governo também temia o projeto de evangelização das missões protestantes, que seguia na contramão dos interesses da cultura religiosa católica, promovendo uma evangelização numa direção diferente da cultura religiosa professada oficialmente em Portugal. Acrescente-se o fato de que, os missionários protestantes também faziam parte dos grupos que denunciavam na comunidade internacional a política de exploração da mão-de-obra africana em níveis de escravidão, sob discursos de “trabalho forçado” (JERÓNIMO; PINTO, 2014, p.15-17).

Contudo, os problemas em torno das missões na política educativa e de nacionalização do Estado Novo na África não se limitavam à atuação dos protestantes. Algumas missões católicas eram estrangeiras. Em Angola, as missões católicas foram entregues pela Propaganda Fide à Congregação do Espírito Santo, de origem francesa, desde finais do século XIX, devido as impossibilidades de Portugal enviar missões para as colônias. Entre finais do XIX e começos do XX, as missões protestantes atuavam exclusivamente nas áreas rurais, e os católicos mais nos espaços urbanos. Com a ascensão do Estado Novo e seus acordos com a Igreja católica, é criado o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*, publicado em fevereiro de 1929, determinando que o projeto civilizatório dos nativos ficasse relacionado ao processo de cristianização dos mesmos, particularmente nos espaços rurais onde atuavam os protestantes. Em 1930, o Ato Colonial estabelece que as missões católicas portuguesas no ultramar, tornem-se “instrumentos de civilização e influência nacional”, e seus estabelecimentos centros de formação do pessoal a serviço delas e do Padroado Português com caráter jurídico e, auxiliados pelo Estado, passem a atuar como “Instituições de Ensino” nos espaços urbanos e rurais (DULLEY, 2017, pp. 295-296).

Na década de 1940, as relações entre o Estado e a Igreja católica se consolidam, dando-se exclusividade às missões católicas. Paralelamente, as missões protestantes continuaram atuando com apoio externo, e enfrentando a burocracia da administração colonial portuguesa. Um dos problemas burocráticos se dava em torno da ausência de reconhecimento de documentos

⁹ Idem.

emitidos pelas missões protestantes. Pelos acordos do Estado com a Igreja, apenas as missões católicas tinham legitimidade na emissão de determinados documentos para as populações sob sua missão e em torno dela, como documentos de batismos, casamento, etc. De acordo com Iracema Dulley, “as certidões de batismo e casamento católicas para ‘indígenas’ eram legalmente válidas, as protestantes não o eram. Isso era especialmente problemático porque as escolas exigiam certidão de nascimento para matrícula, fazendo com que os alunos protestantes tivessem de submeter-se a extensa burocracia e pagamento de taxas, para obter um certificado”. (DULLEY, 2017, p. 295-296) Ao longo da década de 1940, portanto, o Estado Novo vai fortalecendo as missões católicas no âmbito do projeto do Estado Novo nos espaços urbanos, proporcionando as condições para a expansão destas missões também para os espaços rurais das colônias.

A atuação destas duas instituições de ensino colonial, contudo, dava-se de formas diferenciadas no campo educacional e de interação cultural. Pelo projeto civilizatório contratual com o Estado, as missões católicas deveriam atuar de forma global nas comunidades de modo a nacionalizar as colônias ao lado do projeto de evangelização, enquanto as ações protestantes atuavam no interior dos grupos etnolinguísticos de forma separada, permanecendo no interior de um grupo para aprimorar o conhecimento da língua local e traduzir a Bíblia nas variações dialetais, particularmente nos espaços rurais onde atuavam, no caso de Angola no Planalto Central. Por outro lado, conforme destaca Iracema Dulley, isso não impediu que missionários católicos atuassem da mesma forma, sistematizando línguas e costumes africanos, ainda que tivessem por objetivo central a proposta de uma “matriz universalista e assimilacionista” (DULLEY, 2017, p. 299).

O método dos protestantes era trabalhar na língua local e obter ajuda na tradução da Bíblia, com a formação de jovens nativos que deveriam pagar seus estudos trabalhando depois para os objetivos da Igreja protestante (DULLEY, 2017, p. 301) Já as missões católicas atuavam de forma homogênea para a construção do império português em África. Daí, seus métodos de ensino estavam mais interligados com o projeto colonizador. Enquanto as missões protestantes atuavam no interior de uma comunidade, aprimorando seu conhecimento da cultura e língua local, recebendo conhecimento e apoio para os trabalhos das traduções bíblicas, as missões católicas ordenavam catequistas para contribuir com o trabalho da evangelização católicas e os interesses portugueses. Iracema Dulley conta que “enquanto à Igreja católica coube a tarefa de evangelizar a totalidade do território angolano, as missões protestantes geralmente determinavam sua área de atuação em torno de um grupo etnolinguístico”. (DULLEY, 2017, p. 297). Estes métodos colocavam os protestantes mais próximos de uma cultura e população.

Desta forma, produziram vários textos nas línguas locais e conheceram a variação dos dialetos locais. Nas escolas das missões protestantes se pratica a educação formal, formação em habilidades profissionais, como técnicas agrícolas, alfaiataria e construção, além da evangelização com base em suas bíblias (DULLEY, 2017, p. 301). Eles também apoiavam o desenvolvimento do ensino nestas comunidades, propiciando uma política educativa diferenciada do Estado Novo, que estabelecia um limite para os “indígenas” e os “Assimilados”.

Os missionários católicos reafirmavam a preocupação com o projeto de ensinar a “ler, escrever e contar” como parte do programa colonial do regime salazarista, acrescido do ensino de um ofício profissional para aqueles que conseguiam ingressar nas escolas das missões. Contudo, sua maior preocupação era com o projeto de evangelização das populações, preocupados com a atuação dos protestantes, particularmente nas áreas em que estes tinham uma atuação mais próxima da população pelo campo assistencialista e profissional.¹⁰ Para os defensores do regime colonial salazarista a preocupação central, contudo, era com o projeto de nacionalização das colônias.

Em Portugal, um grupo de intelectuais defendia que a função das missões católicas era a educação dos “indígenas” para a nacionalização das colônias, já que eram consideradas as únicas com a capacidade de agir como “instrumentos colonizadores” dentro dos interesses portugueses. De acordo com estes intelectuais, pelas enquetes que publicavam na *Gazeta das Colônias*, as missões católicas na África não podiam mais se limitar a instruir para os interesses da cultura religiosa, era preciso, simultaneamente, educar para a política de nacionalização defendida pela ideologia do Estado Novo salazarista, sem esquecer da missão de formar para o trabalho necessário à empresa colonial.¹¹

Aliás, este seria o ideal colonial defendido pelo Estado Novo que, na década de 1950, voltaria a defender a relação da evangelização com seu projeto de nacionalização das colônias, como condição para “propagar a elevação moral dos povos atrasados”, capaz de conciliar “os interesses materiais com a realização de uma tarefa de sentido universal”, com base na ideia de que “a antiguidade dos traços humanitários da colonização portuguesa seria inegável, um ‘processo acidental’, ditado por princípios ‘morais e sentimentos religiosos’, que se tornou uma política nacional, visando ‘a unidade política e a assimilação espiritual’” (JERÓNIMO, 2015, p. 95). O projeto de evangelizar e nacionalizar, contudo, enfrentava várias dificuldades, que iam do

¹⁰ (1941-1942), “Passagem das escolas de ensino rudimentar para o Arcebispo de Lourenço Marques”, Fundação Mário Soares/José Tristão de Bettencourt. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09748.005>. Acesso em: 21 de nov.2019.

¹¹ Cf. *Gazeta das Colônias: semanário/quinzenário de propaganda e defesa das colônias* – jornal de periodicidade anunciada semanal e quinzenal, mas de publicação bastante irregular, saiu a público ao longo de 41 números (dos quais um duplo, 27-28, e um triplo, 34-35-36), entre 19 de junho de 1924 e 25 de novembro de 1926. Cf.

número limitado de missões católicas à imposição do recrutamento das populações para o trabalho, favorecendo a dispersão deste projeto de unidade nacional.

Em decorrência do avanço das missões protestantes e da incapacidade de consolidação do projeto de nacionalização das colônias nas décadas de 1940-60, o Estado Novo implementa uma política de controle e repressão policial das missões-escolas dos protestantes, favorecendo seus posicionamentos nas lutas anticoloniais. Estas tensões entre o Estado, católicos e protestantes são a base do *Acordo Missionário*, para garantir a política educativa do Estado Novo e impedir o bloqueio do crescimento protestante nas colônias portuguesas (CRUZ, 1998, p. 398). Como resultado deste Acordo, cresceu a discriminação e perseguição de missionários protestantes que atuavam com métodos estrangeiros nas escolas das missões. Nas décadas de 1960 e 1970, a situação política das colônias são agravadas pelas guerras de libertação, ampliando-se a perseguição às missões protestantes com o controle e vigilância de suas ações pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).

Em 1954, o regime salazarista implanta as delegacias da PIDE nas colônias, em decorrência do avanço de movimentos de independência na África, justificando atividades subversivas junto às comunidades em revolta. De acordo com Dalila Mateus, o fato de alguns líderes africanos, que encabeçaram as revoltas pela independência, terem sido educados em missões protestantes, orientava a ação de controle e vigilância da PIDE para estas missões (MATEUS, 2004, p. 81-99).

De acordo com Teresa Cruz e Silva, uma das vítimas da PIDE foi Zedequias Manganhela que, tendo frequentado a *Escola de Formação de Professores Indígenas* em Alvor (1934-37), chegou a ocupar posição de liderança na missão suíça e, como o Presidente do Conselho Sinodal da Igreja Presbiteriana de Moçambique, acabou preso pela PIDE, em Lourenço Marques, no ano de 1963. Em 1972, ele faleceu na cadeia da Machava. Outros missionários protestantes também se tornaram vítimas da PIDE, como o pastor José Sidumo, da Igreja presbiteriana (CRUZ e SILVA, 1998, p. 405). Portanto, o trabalho de missionários da missão suíça era visto como uma oposição às determinações do Estado Novo. Ela destaca também o trabalho desta missão entre os tsongas, entre os quais se teria praticado a evangelização com a leitura e escrita da Bíblia no âmbito da cultura étnico-linguística tsonga, no sul de Moçambique. Como resultado, teria promovido a formação de grupos de resistência colonial que passaram a produzir jornais na língua vernácula, sobre a situação de Moçambique para o mundo exterior (CRUZ E SILVA, 1998, p. 400).

Paralelamente à implantação e reforço de Delegacias da PIDE nas colônias, para controlar e reprimir a atuação de “subversivos”, particularmente africanos e religiosos, o Estado Novo reforça a defesa do ensino rudimentar que, a partir de 1956, passa a se chamar “ensino de adaptação”. De acordo com estudiosos, trata-se de uma orientação ideológica mais agressiva para o ensino dos “indígenas”, com a introdução de métodos repressivos contra os indígenas protestantes que resistissem. Um dos métodos era o batismo compulsivo de crianças protestantes e detenções de estudantes protestantes para frequentarem escolas da missão católica, além da prisão de pastores protestantes e seu recrutamento para o trabalho forçado (CRUZ E SILVA, 1998, p. 401).

Paralelamente, e em reação, a missão suíça passou a preparar um grupo de jovens com base “na assimilação de valores tradicionais e princípios que nortearam a educação dos pastores tsonga das zonas rurais (organização, hierarquização num grupo, sentido de responsabilidade, cooperação e liderança)”, mantendo-se na oposição do regime. Na missão foi introduzido o método de ensino não formal, com base em códigos de conduta, visando encorajar os membros a assumir responsabilidades e iniciativas. O método envolvia também atividades lúdicas, jogos, danças e canções, estimulando a disciplina do corpo e do espírito. A meta era preparar jovens para assumir a liderança da Igreja protestante nas colônias, e prepará-los para o enfrentamento do Estado colonial português (CRUZ E SILVA, 1998, p. 402).

Outras missões protestantes tiraram proveito deste clima de controle e repressão colonial, e das lutas anticoloniais, unindo-se aos posicionamentos da missão suíça, criando associações protestantes para socializar o método de ensino da missão suíça, a exemplo da missão Metodista Episcopal em Inhambane, seguindo na contramão do projeto de nacionalização do Estado Novo, que avança no controle e repressão dos protestantes nas colônias.

Considerações Finais

Da década de 1950 a 1960, o controle das missões protestantes se amplia bastante, como vamos percebendo. Mas, na década de 1960, a situação deles fica muito tensa sob a ação da PIDE e controle da administração colonial. Em 20 de setembro de 1962, o governo geral de Angola envia uma informação “secreta” da Repartição de Gabinete para a Diretoria Provincial dos Serviços de Instrução, alertando sobre as missões protestantes e fazendo denúncias de missionários, que faziam interferência direta e indireta em algumas revoltas no Norte de Angola. Entre outras informações, destaca-se os métodos de catequização dos protestantes, considerado intervencionista nas questões da colônia.

Pelo documento, Alfredo Jorge de Passos Guerra acusa os missionários de “desviar o ensino do evangelho, os planos governamentais de assistência, de reordenamento rural e de desenvolvimento comunitário”. Com base em dados coletados, ele informa que os grupos mais

preocupantes eram os Batistas e Metodistas, que já se encontravam sob a vigilância da PIDE, mas, ainda em processo de coleta de dados para uma ação mais concreta. Pelo relatório enviado, contudo, podemos observar que havia outros grupos atuantes, particularmente os Adventistas. Além disso, também observamos pelo Relatório que havia também portugueses entre os protestantes relacionados, juntamente com os estrangeiros.¹²

O Relatório começa destacando a relação entre Missão e Sublevação, mas, ao longo do documento o que se têm é uma lista densa de Missões Protestantes atuantes nas colônias portuguesas, a presença de escolas sob a orientação de missionários protestantes, professores e catequistas nativos. Além disso, o Relatório informa a atuação dos protestantes no campo sanitário, de assistência à saúde, orfanatos e internatos. O documento traz uma tabela contendo a localização das missões protestantes que consideramos importante descrever, para termos uma noção do campo de atuação das missões protestantes em Angola, que tanto despertou a temeridade da administração colonial. Além da localização delas, temos a ordem religiosa a que pertencem as Missões e um campo mais detalhado de suas atividades,¹³ que procuramos descrever em forma de narrativa para viabilizar nossa compreensão da amplitude das missões em Angola que vão despertando a preocupação dos representantes do Estado Novo:

É manifestamente reconhecida a boa e má influência que as Missões possam exercer no meio indígena porque são elas, através dos seus catequistas, professores e missionários, que mantêm um contato íntimo e contínuo com o nativo, e muito contribuem para a sua formação moral, religiosa e até política. [...] Desde o início dos acontecimentos que se tem verificado uma correlação muito íntima entre MISSÕES e SUBLEVAÇÃO. A influência das MISSÕES PROTESTANTES que encerraram a sua atividade, no entanto, e por nos parecer de interesse, publicamos a seguir o quadro com todos os elementos existentes no SCCIA (Serviço de Centralização e Coordenação de Informações), sobre as actuais, MISSÕES PROTESTANTES:

- No **Distrito de Luanda**, existe uma missão evangélica e uma Congregacional Adventista, entregue a um pastor e um auxiliar, portugueses;
- Em **Cabinda**, existe uma missão protestante dirigida por um missionário canadiano, conhecida como Missão Evangélica de Cabinda;
- Em **Uige**, já não existem Missões protestantes, mas, existiam muitas catequistas da seita adventista. 80% da população é protestante.
- No **Zaire**, atualmente só funciona uma Missão de Santo António do Zaire.
- **Malanje**, existe a Missão Evangélica de Malanje e a de Quéssua, Metodistas e Adventista do 7º. dia, exercem ampla atuação na vasta região, com atuação de catequistas.
- **Luanda**, existem: a Missão Evangélica do Nhama, na estrada que serve

¹² “Missões Protestantes – Secreto. N. 1”. *Governo-Geral de Angola*. Informação. Documento PT/TT/SCCIA/012/0024, 1962. Arquivo da Torre do Tombo.

¹³ *Idem*.

de ligação com Luso. Dirigida pelo Missionários inglês Donald Mc Leod e sua esposa que exerce o cargo de enfermagem; a Missão Adventista do 7º. dia da Luz (da União Angolana dos Adventistas do 7º. dia), também com sede em Nova Lisboa e dirigida inteiramente por portugueses; a Missão Evangélica da Biula, também na estrada para Luso. A missão é dirigida pelo missionário americano George Wiseman, com a esposa, o casal de britânicos William Hastings e a enfermeira, também britânica, Georgina Bell; Missão Evangélica de Luma-Cassai. A 60 km do povoado de Dala, é a mais importante e a que tem mais missionários estrangeiros. Além do diretor, o britânico David Boyd Long, trabalham sua esposa, britânicos, americanos e canadianos, além de uma enfermeira, também canadiana;

- **Huambo**, tem a Missão Evangélica Baptista, a Missão Adventista do 7º. DIA, A Missão Adventista do Bongo; A Missão Evangélica do Bailundo, A Missão Evangélica do Pondi, A Missão Evangélica do Elende, dirigidas por portugueses, britânicos e canadianos;

- **Bié**, existem as Missões de Camondongo, Chilonda, Chissamba, Hualondo, Chilelso, Chitau, Capango, Monte Esperança e Catota.

- **Cunza-Sul**, tem uma Missão Adventista e um Centro Escolar. Nela atuam um missionário português e sua esposa, da Missão Protestante do Bailundo.

- **Moxico**, existem dois Concelhos, composto das Missões de Roma, do 7º. dia, Cazombo, Cavungo, Calunda, Luonze, Muié, do Bunjei e Filafricano.

- **Benguela**, Existem cinco Concelhos:

- 1. O *Concelho de Benguela*, composto pela Missão Adventista, possuindo uma Escola em Camunda e outra nas proximidades da pecuária, estando a cargo dos catequistas e professores nativos. A Missão da Rua José Falcão, também possui uma escola a cargos de catequistas e professores nativos, a funcionar no Bairro do Cassoco e na área do Posto do Dombe Grande;

- 2. O *Concelho de Lobito*, tem uma Missão Evangélica do Litoral. O diretor é estrangeiro. Tem uma escola no Bairro da Canata (cidade de Lobito), que esteve fechada por falta de professores;

- 3. O *Concelho de Cubal*, tem Missões dirigidas por três missionários suíços e a esposa. Na parte educacional e religiosa da Missão Evangélica de Caluquembe - na parte sanitária e assistencialista – funciona um leprosário no lugar da Jamba, muito importante pelo seu movimento. À frente estão as enfermeiras suíças. No local abrigam 500 leprosos nativos. Esta Missão tem muitos professores catequistas espalhados pelos povoados indígenas.

- 4. O *Concelho do Balombo*, onde funcionam as Missões Evangélicas do Alende, do Bailundo, Filafricana, a Adventista do 7º. dia e a Igreja de Cristo no Litoral, todas catequeses.

- 5. O *Concelho da Ganda*, onde funcionam as Missões Adventistas do 7º. dia e a Missão Evangélica Filafricana, neste último atuam duas missionárias suíças num internato e numa escola primária. Neste Concelho funcionam estão 37 catequeses, entregues a catequistas e pastores nativos. Tem um Posto Sanitário, um Internato para rapazes e raparigas e uma Escola primária. É filial da Missão de Caluquembe (Caconda), e dirigida por missionários estrangeiros. Esta Missão tem várias catequeses e centros de ensino rudimentar, mantidas pelo Concelho, principalmente nas áreas dos Postos da Sede, Ebanga, Quinjenje e Babaera, onde catequistas nativos ensinam a Bíblia e as primeiras letras. Há cerca de uns 10 anos a missionária norte-americana afastou da Missão e criou

um internato para raparigas e um orfanato, que ainda hoje dirige. *Relatório da Situação n.17 - Confidencial, assinado pelo Chefe dos Serviços Eduardo Alberto Silva e Sousa (Major c/ C.E.M.).*

O Relatório possui carimbo de Confidencial em todas as páginas, e registra que a informação também é de conhecimento da PIDE. O que nos leva a supor que a preocupação com os protestantes, fossem nacionais ou estrangeiros, era um dado da administração colonial. Por outro lado, a atuação das missões protestantes, com interesses estrangeiros políticos e religiosos, na contramão dos interesses da política educativa colonial portuguesa, favoreceu a formação educacional de uma elite anticolonial nativa. Em reação, o regime salazarista, de perfil ditatorial, envia a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) para reprimir e controlar o avanço das ideias de libertação nas colônias e garantir a educação colonial dentro dos moldes determinado pelos doutrinadores do Estado Novo.

Conforme vimos no documento acima, a perseguição e controle de missionários protestantes, contudo, não se limitava às missões protestantes estrangeiras. Membros do clero católico que atuava na educação de *indígenas* em Angola também foram perseguidos e presos pela PIDE, entre as décadas de 1950-60. O Cônego Manuel Mendes das Neves foi um dos perseguidos, pela acusação de ataque ao posto policial de Luanda. Missionários e catequistas nativos também sofriam perseguição, acusados de subversão por participação em revoltas e resistências, o Padre Joaquim Pinto de Andrade, irmão de Mário Pinto de Andrade, é um dos mais representativos deste grupo, e que em período posterior iria se tornar membro do MPLA. Agostinho Neto, também ex-aluno de missão protestante, assumiu militância na luta anticolonial, tornando-se também alvo da PIDE. Ele escrevia textos revolucionários inspirado na Bíblia de confissão evangélica, a exemplo dos seus textos publicados no Estandarte (Luanda). Além dele, outros militantes da luta em Angola eram filhos de pastores protestantes ou estudantes de teologia, como Deolinda Rodrigues e Maria Mambo Café (DEMARTINI; CUNHA, 2015, p. 62).

Outro perseguido foi Tony Neves, missionário católico. Ele conta que a PIDE controlava missionários protestantes e católicos, estes últimos a partir de seus posicionamentos e métodos de ensino dos nativos copiados dos protestantes. De acordo com Neves, vários textos foram censurados e apreendidos, como: “Para Um Ecumenismo Omnitotidimensional em Angola”, impresso em Luanda, em 1968, e apreendido pela PIDE, em 1975. Além da vigilância sobre os textos, chamava a atenção da polícia e da administração colonial os elogios aos trabalhos dos protestantes estrangeiros e as críticas aos métodos dos católicos e da política portuguesa (NEVES, 2007, p. 515).

A PIDE atuava, conforme vimos no documento acima, com apoio de informantes da administração colonial, mas também, com denúncias de outros missionários católicos, que

consideravam a atuação protestante uma ameaça ao projeto evangelizador da Igreja católica. Com o aumento de revoltas no interior das colônias, na década de 1960, a PIDE estende sua vigilância para as missões, fossem católicas ou protestantes. Estas últimas mais em evidência por serem estrangeiras e atuarem declaradamente na contramão da política educativa do Estado Novo. Os protestantes se tornaram o alvo principal da PIDE, pelo poder de formação de jovens nativos e pela influência que podiam exercer. Mas, também alguns missionários portugueses e católicos foram vítimas da perseguição, do controle e prisão pela polícia do Estado Novo (NEVES, 2007, p. 519).

O pastor Lawrence Henderson, em sua obra “*A Igreja em Angola*”, também conta como a PIDE perseguia várias correntes religiosas, não apenas protestantes, mas também padres católicos que teriam apoiado as lutas independência de Angola, e pagaram com a prisão ou exílio político. A revolta de 15 de março de 1961 foi um dos momentos em que a PIDE efetuou muitas detenções, incluindo missionários católicos, além dos protestantes. Segundo ele, neste momento, não apenas a Igreja protestante critica as ações, mas também a Igreja católica se pronuncia contra a violência sobre os padres, entre os quais destaca os casos do Padre Joaquim Pinto de Andrade, do Monsenhor Cónego Manuel das Neves (Vigário-Geral da Arquidiocese de Luanda), do Frei Nascimento (editor do jornal *Apostolado*) e do Padre Manuel Franklin da Costa (secretário do Arcebispo de Luanda) (HENDERSON, 2007, p. 522-523)

Ao final, fica a percepção de que a política educativa do Estado Novo salazarista enfrentou uma série de problemas, internos e externos, que inviabilizava a prática dos discursos e daquilo que se propagava para o mundo como projeto civilizatório português, particularmente ao longo do Estado Novo. De um lado, a empresa colonial de exploração e recrutamento da mão-de-obra, o processo seletivo e excludente que acompanha esta política no acesso à uma educação formal, os processos de desapropriação da população que os obrigava a migrar para áreas distantes das escolas das missões, o limite de missões católicas e protestantes para atender ao Projeto e, por fim, o controle e repressão daqueles que questionassem ou atuassem na contramão dos interesses da política ultramarina portuguesa, e que se tornariam objeto de atenção da PIDE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANES, Ruy Llera. “Da confusão à ironia. Expectativas e legados da PIDE em Angola”. **Revista Análise Social**. Vol. XLVIII. nº 206, p. 30-55, 2013.

CABAÇO, José Luiz. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

CRUZ e SILVA, Teresa. Educação, identidades e consciência política: a missão suíça no sul de Moçambique (1930-1975). **Revista Lusotopie**. nº 5, p. 397-408, 1998.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; CUNHA, Daniel de Oliveira. “Missões religiosas e educação nas colônias de povoamento da África portuguesa: algumas anotações”. **International Studies on Law and Education** - CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto, 20 mai-ago 2015.

DORES, Hugo Filipe Gonçalves das. **Uma Missão para o Império**: política missionária e o ‘novo imperialismo’ (1885-1926). 351p.2014.(Tese). Doutoramento em História. Programa Inter Universitário de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa, ISCTE, Universidade Católica e Universidade de Évora, 2014.

DULLEY, Iracema. Missões católicas e protestantes no Planalto Central Angolano: continuidades e descontinuidades. In: **Missões, Religião e Cultura**: estudos de história entre os séculos XVIII e XX. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

DUNCAN, Simpson. **A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014.

GASPARINI, Lavínia. **Moçambique**: educação e desenvolvimento rural. ISCOS 8 (Coleção do Instituto dos Sindicatos para a Cooperação com os países em vias de desenvolvimento). Edizioni Lavoro/ISCOS, 1989.

GUERREIRO, Joaquim do Cerro. **Ecos da África**: memórias de um missionário em colônias portuguesas. São Paulo: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1999.

HENDERSON, Lawrence. **A Igreja em Angola**: um rio com várias correntes. 2ª. Ed. Lisboa: Edições Além-Mar, 2013.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa. (Org.) **Portugal e o fim do colonialismo**: dimensões internacionais. Lisboa: Lugar da História, Edições 70, 2014.

_____. “Colonialismo Moderno e Missão Civilizadora”. In: ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (Org.). **Patrimónios de influência portuguesa**: modos de olhar. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 95-119.

MADEIRA, José. **A Ilusão Missionária**: Ideologia Colonial e Civilização Católica. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2006.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974**. Lisboa: Terramar, 2004.

_____; _____. **Guerra Colonial**: Causas e Consequências. 4º ed. Lisboa: Texto Editores, Lda. 2015.

MATOS, Patrícia Ferraz. **As Côres do Império**: representações raciais no Império Colonial Português. 2ª. ed. Lisboa: Editora do ICS, 2012.

MENEZES, Maria Paula G. *O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’*: a construção da diferença por processos legais. **Revista e-cadernos CES** [Online], nº7, p.68-92, 2000.

_____. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. **Revista de Crítica de Ciências Sociais**. [Online]. Número Especial (Edição Comemorativa dos 40 anos), p. 115-140, 2018.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Nosso Chão, 1995 [1967].

MOREIRA, José. **Os assimilados, João Albasini e as eleições 1900-1922**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.

NEVES, Tony. “As Igrejas e o nacionalismo em Angola”. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano VI, nºs.13/14, p. 511-526, 2007.

PÉLISSIER, Réne. “De Angola a Timor: uma navegação sem GPS”. **Revista Análise Social**. vol. XLII, nº 183, p.583-601, 2007.

PIMENTEL, Irene F. “A Polícia Política do Estado Novo – PIDE/DGS”: História, justiça e memória. **Revista Acervo**. vol. 24, nº 1. jan-jun. p. 139-156, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____;_____. **Identidades, colonizadores e colonizados: Portugal e Moçambique**. Relatório final do Projecto POCTI/41280/SOC/2001. Coimbra: CES, 2006.

SANTOS, Eduardo dos. **O Estado Português e o Problema Missionário**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964. Disponível em: www.memoria.africa.pt Acesso em: 4 jul.2019.

SAÚTE, Alda Romão. **O intercâmbio entre os moçambicanos e as missões cristãs e a educação em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2005.

SILVA, Giselda Brito. “Nacionalizar ou Evangelizar? Alguns dilemas das práticas missionárias na constituição do império português em Angola (1930-40)”. **Revista Lusitania Sacra**. 2ªsérie, Tomo XXXV, nº 35, p. 165-181, jan./jun.2017.

TANGA, Lino. **O Ensino Indígena em Angola e o papel dos missionários**. 70p. 2012.Dissertação. (Mestrado em Estudos Africanos). Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa: ISCTE-IUL, 2012.

TELO, António José. “A obra financeira de Salazar: a ‘ditadura financeira’ como caminho para a unidade política, 1928-1932”. **Revista Análise Social**, vol. XXIX, nº128, p. 779-800, 1994.

WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **História de Angola**. 6º ed. Lisboa: Tinta de China, 2016.

Recebido em: 08/10/2019

Aprovado em: 29/11/2019